

IGOR SANT'ANNA  
**TAMASAUSKAS**



**CORRUPÇÃO**  
**POLÍTICA**

*Análise, problematização e proposta  
para o seu enfrentamento*

THOMSON REUTERS

**REVISTA DOS  
TRIBUNAIS™**

# SUMÁRIO

|  |     |
|--|-----|
| AGRADECIMENTOS .....   | 5   |
| APRESENTAÇÃO .....   | 7   |
| 1. Introdução .....  | 13  |
| 2. Problematização do estudo sobre corrupção política .....  | 17  |
| 3. Direito a um “bom governo” .....  | 19  |
| 3.1. Cenário histórico brasileiro .....  | 27  |
| 3.2. Estudo de caso: esquema “PC Farias” .....   | 33  |
| 4. A importância do enfrentamento da corrupção para o exercício da representação política .....            | 41  |
| 4.1. Corrupção administrativa .....  | 48  |
| 4.2. Corrupção política .....  | 53  |
| 4.3. Contexto internacional sobre a prevenção do ato de corrupção .....                                    | 57  |
| 4.4. Desafios inerentes ao combate ao ato de corrupção .....   | 62  |
| 5. Elementos políticos para o enfrentamento da corrupção: a responsabilidade política .....                | 67  |
| 5.1. ‘Elementos e características de uma responsabilidade política .....                                   | 70  |
| 5.2. Transparência como resultado da responsabilidade política .....                                       | 77  |
| 5.3. Contexto não jurídico de atuação .....  | 80  |
| 5.4. Vícios da responsabilidade política no contexto brasileiro .....                                      | 82  |
| 5.5. Reforço da democracia partidária? .....   | 86  |
| 5.6. Relação entre mídia e grupos políticos e econômicos .....   | 89  |
| 5.7. Estudo de caso .....  | 91  |
| 6. Elementos jurídicos para o enfrentamento da corrupção (administrativo, judicial civil e criminal) ..... | 95  |
| 6.1. Microsistema processual de defesa da moralidade .....   | 95  |
| 6.1.1. Ação popular e reparação do <i>status quo</i> .....   | 98  |
| 6.1.2. Ação civil pública .....  | 102 |

|        |   |     |
|--------|---|-----|
| 6.1.3. | Ação de improbidade administrativa.....   | 104 |
| 6.2.   | Lei anticorrupção.....  | 107 |
| 6.3.   | Outros processos administrativos sancionatórios.....  | 110 |
| 6.4.   | Notas sobre a persecução criminal do ato de corrupção <i>latu sensu</i> .....   | 111 |
| 6.5.   | Disposições comuns ao enfrentamento jurídico do ato de corrupção ....   | 114 |
| 6.5.1. | Garantias fundamentais e Estado Democrático de Direito ...  | 115 |
| 6.5.2. | Garantias fundamentais como limite à ação do Estado.....  | 119 |
| 6.5.3. | Interpretação restritiva em matéria sancionatória.....  | 120 |
| 6.5.4. | Cláusula da ampla defesa em processos administrativos e judiciais .....   | 121 |
| 6.5.5. | A exceção da responsabilidade objetiva da Lei Anticorrupção .....   | 123 |
| 6.6.   | Estudo de caso .....  | 125 |
| 7.     | <b>A corrupção política: hipótese de sobrecarga dos instrumentos jurídicos de responsabilização por atos de corrupção no Brasil</b> ..... | 131 |
| 7.1.   | Alternativas para lidar com o problema de <i>lege lata</i> .....  | 136 |
| 7.2.   | Alternativas para lidar com o problema de <i>lege ferenda</i> .....   | 140 |
| 8.     | <b>Conclusões</b> .....   | 143 |
| 9.     | <b>Apêndices</b> .....  | 147 |
| 9.1.   | Responsabilidade política quanto ao cumprimento de programa eleitoral.....  | 147 |
| 9.2.   | Configuração de uma lei de responsabilidade política .....  | 159 |
| 9.3.   | Atuação do direito como estímulo ao exercício da responsabilidade política.....   | 170 |
| 10.    | <b>Bibliografia</b> .....   | 173 |